



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 6ª VARA DO
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque (Juíza Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopez Meira de Araújo, Aryoswaldo José Brito Espínola, Cláudia Maria Bandeira, Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Ozanete Gondim Guedes Pereira, Silvana Marsicano Franca e Vinicius Gomes Mota.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11/06/1992
Data de instalação	12/11/1992
Data da última correição	29 de maio de 2023
Período de correicionado	1º/5/2023 a 31/5/2024

Aos 4 de julho de 2024 sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **HERMINEGILDA LEITE MACHADO**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 013/2024, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada da Juíza Auxiliar da Corregedoria, Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque, da Secretária da Corregedoria, Ozanete Gondim Guedes Pereira e pelo servidor, Aryoswaldo José Brito Espínola, foram recebidos pela Juíza Titular Nayara Queiroz Mota de Sousa, pelo Juiz substituto, Luiz Antônio Magalhães, pelo Juiz substituto fixo, Clovis Rodrigues Barbosa, atualmente na titularidade da Unidade



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Judiciária, pela Diretora de Secretaria, Alda Willa Queiroz de Oliveira Fernandes e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistema e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/5/2023 a 31/5/2024 (13 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Nayara Queiroz Mota de Sousa	2º/6/2023 - Ato TRT SGP nº 075/2023

A magistrada, Nayara Queiroz Mota de Sousa, foi removida, a pedido, da 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita para a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, a partir do dia 2 de junho de 2023, conforme Ato TRT SGP nº 075/2023. Foi concedida à Juíza titular, licença para presidir a Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região (AMATRA) no biênio (2023-2024), conforme RA TRT nº 116/2022, retornando à sua jurisdição no dia 2 de fevereiro de 2024, conforme Ato TRT SCR nº 009/2024. Por meio do Ato TRT SCR nº 010 de 8/2/2024, foi designada para atuar no CEJUSC, a partir do dia 10/2/2024 e, durante seu afastamento para atuar no CEJUSC, o Juiz substituto Luiz Antônio Magalhães foi designado para atuar na Unidade, sob correição, enquanto perdurar sua permanência no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputa.

1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Clóvis Rodrigues Barbosa	1º/7/2021 - Ato TRT SCR Nº 25/2021



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **12** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Alda Willa Queiroz de O. Fernandes	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	8/6/2023
Cynthia Fabel Leal	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	3/9/2004
Farnaces da Silva Pereira	Técnico Judiciário – Calculista	7/3/2023
Joseni Ribeiro de Araujo	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	18/7/2007
Josenildo Chaves de Lima	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	16/2/2024
Luana Vanessa de Oliveira	Técnico Judiciário – Assistente III	28/6/2024
Luciana Maria Barbosa Gusmão	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	6/3/2023
Marcelo Moreira Gouveia Santos	Analista Judiciário – Assistente III	19/6/2015
Marie Suzanne Malzac	Técnico Judiciário – Calculista	2/4/1996
Rachel Feitosa da Cruz	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	5/7/2021
Roner Ribeiro da Silva	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	5/12/2016
Thiago Cândido Alves Rocha Silva	Técnico Judiciário – Assistente III	28/6/2024

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no Sistema PJe, exceto os setores de gabinete e audiência, segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria. Informou, ainda, que a unidade não utiliza a ferramenta eletrônica WIKI-VT. Por último, foi enfatizado que a equipe implementa boas práticas, como as reuniões semanais de conciliação, conduzidas pelos Juízes substitutos e o uso das ferramentas Infoseg e Sniper imediatamente após o resultado do SISBAJUD, para proporcionar aos exequentes a oportunidade de solicitar o IDPJ logo no início dos procedimentos executórios.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão e Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

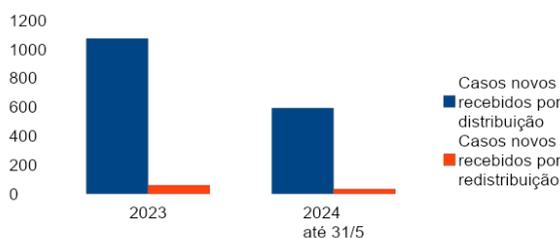
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/5/2024, um acervo processual de 3.010 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	854
Fase de Liquidação	179
Fase de execução	1951
Cartas precatórias e de ordem	26
TOTAL	3010

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2023	2024 até 31/5
Casos novos recebidos por distribuição	1073	592
Casos novos recebidos por redistribuição	61	33
TOTAL	1134	625



No período correicionado, houve registro de 11 processos recebidos com sentenças anuladas, abaixo relacionados e 1, com sentença reformada (0000843-90.2022.5.13.0006), ambos pela instância superior.

Sentenças anuladas
0000343-87.2023.5.13.0006
0000137-73.2023.5.13.0006
0000555-11.2023.5.13.0006



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000243-35.2023.5.13.0006
0000317-89.2023.5.13.0006
0000513-59.2023.5.13.0006
0000840-38.2022.5.13.0006
0000393-16.2023.5.13.0006
0000913-73.2023.5.13.0006
0000531-80.2023.5.13.0006

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correccionado (maio/2023 a maio/2024):

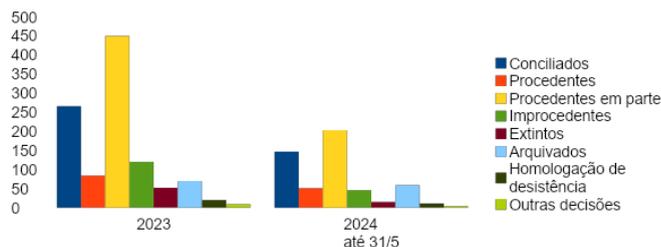


2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 31/5
Conciliados	266	147
Procedentes	84	51
Procedentes em parte	450	203
Improcedentes	120	46
Extintos	52	15
Arquivados	70	59
Homologação de desistência	20	11
Outras decisões	9	4
TOTAL	1071	536



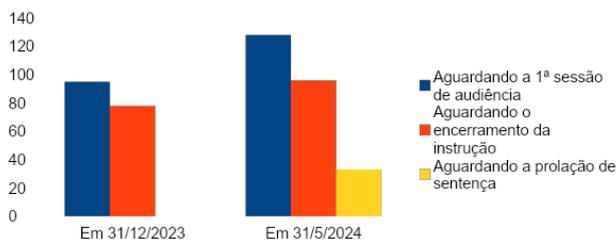
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2.3 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2023	Em 31/5/2024
Aguardando a 1ª sessão de audiência	95	128
Aguardando o encerramento da instrução	78	96
Aguardando a prolação de sentença	-	33
TOTAL	173	257



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2023	2024 até 31/5	Variação (%) 2023/2024
Fase de conhecimento	805	854	6,09%
Fase de liquidação	205	179	-12,68%
Fase de execução	1879	1951	3,83%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	269	220	284	181	210
Conciliação em conhecimento	20	23	30	46	12
Conciliação em Execução	23	28	65	117	12
Una	17	5	42	4	9
Instrução	159	142	140	51	80

Conforme informações prestadas pela Diretora de Secretaria, atualmente a Unidade, sob correição, realiza audiências de segunda a sexta-feira, com um total de seis pautas semanais, que são distribuídas entre os Juízes substitutos.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
5/23	230	241	235	212	202	212	244	204	234	212	208	144	199	213,75
6/23	200	154	151	166	87	177	173	144	154	140	116	109	168	146,83
7/23	110	159	135	165	119	217	170	117	109	163	139	164	162	142,66
8/23	200	147	176	200	169	173	136	152	171	213	156	145	150	167,91
9/23	94	143	150	227	163	136	139	103	178	196	117	164	116	149,16
10/23	207	183	185	141	149	214	237	155	211	226	146	118	151	175,75
11/12	126	161	168	160	165	228	173	178	162	170	164	192	142	163,41
12/23	134	122	124	96	118	107	117	117	121	87	100	153	97	115,5
1/24	87	20	78	133	41	86	41	66	76	112	49	73	74	70,83



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correccionada
5/23	230	241	235	212	202	212	244	204	234	212	208	144	199	213,75
2/24	88	172	187	212	131	131	155	158	110	187	149	77	171	149,75
3/24	211	191	185	222	176	256	195	197	133	215	205	156	144	185,83
4/24	264	225	222	281	167	225	248	262	250	178	201	186	215	224,91
5/24	289	265	242	239	196	293	239	194	206	203	194	249	214	227,5
TOTAL	2240	2183	2238	2454	1883	2455	2267	2047	2115	2302	2073	1944	2003	2133,79

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2023	2024 até 31/5
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	40	41
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	41	31
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	76	68
Da conclusão à prolação da sentença	13	10
Do ajuizamento até a prolação da sentença	83	72

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2023	2024 até 31/5
Embargos de declaração	Recebidos	392	190
	Baixados	400	170
	Pendentes	5	26
Tutela Provisórias	Recebidos	107	39
	Apreciadas	92	28
	Pendentes	-	3
Liquidação /Execução	Recebidos	145	99
	Baixados	105	98
	Pendentes	34	23

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1º/5/2023 a 31/5/2024			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	799	757	57
Recurso adesivo	36	31	3
Agravo de petição	297	280	19
Total	1132	1068	79

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2023**: **68** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **122** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **88** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/5** é de **63** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **103** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **76** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **83** dias, para o ano base de **2023** e de **72** dias, relativo a este ano de **2024**, até **31 de maio**. Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2023**, foi de **2.558** dias, e de **1.568** dias, referente ao exercício atual até o dia **31 de maio**.

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 31/5
Execuções pendentes	1930	68
Execuções iniciadas	432	350
Desarquivados	581	70
Recebidos de outros Órgãos	5	2
Execução de título extrajudicial	5	
Execuções encerradas	573	278



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Remetidos a outros Órgãos	10	7
Processos arquivados provisoriamente	11	2

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (maio/2023 a maio/2024):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/5
Acordo	PJe	R\$ 9.263.697,34	R\$ 3.015.548,55
Espontâneo	PJe	R\$ 1.971.442,40	R\$ 1.443.395,20
Execução	PJe	R\$ 8.501.281,71	R\$ 1.846.308,50
TOTAL		R\$ 19.736.421,45	R\$ 6.305.252,25

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/5
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 367.619,70	R\$ 182.633,69
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 2.375.274,51	R\$ 972.935,19
Imposto de renda	PJe	R\$ 246.320,36	R\$ 12,41
TOTAL		R\$ 2.989.214,57	R\$1.155.581,29

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/5/2023 a 31/5/2024		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	1386
INFOJUD	PJe	633
SIMBA	PJe	1
INFOSEG	PJe	785
RENAJUD	PJe	580
BNDT	Pendentes (PJe)	239
	Incluídos (PJe)	360

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	97,09%
Unidade Correicionada	100,29%

Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	89,08%
Unidade Correicionada	83,99%

Para efeito de controle da **Meta 1/2024** foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **592** casos novos (por distribuição) e **514** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 83,99%.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023 pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,38 da Meta 2
	99,86% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107,53% da Meta
	100% dos processos distribuídos até até 31/12/2021

Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,99 % da Meta 2
	99,50% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	106,92% da Meta 2
	99,43% dos processos distribuídos até 31/12/2022

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,14% da Meta 3
	34,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	91,24% da Meta 3
	36,5% de índice de conciliação

Meta 3/2024 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2021/2022, em 0,5 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38%	
Unidades de primeiro grau do TRT	112,77% da Meta 3
	42,14% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	125,11% da Meta 3
	46,76% de índice de conciliação

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.	
---	--



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades de primeiro grau do TRT	112,88%
Unidade Correicionada	90,72%

Meta 5/2024 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	50,87%
Unidade Correicionada	42,30%

Indicadores							
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2024-01	63	20	355	1036	84,93	98,11	94,37
2024-02	109	83	350	999	67,05	90,65	83,07
2024-03	95	60	384	998	58,99	85,96	76,27
2024-04	109	66	414	1079	52,40	82,49	71,16
2024-05	134	69	416	1100	44,92	78,68	65,23

JUÍZES

12. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juíza Titular

NAYARA QUEIROZ MOTA DE SOUSA		
Motivação	Fonte	Período
Presidência da AMATRA	SAOPje	2023-2024

Juiz Substituto

CLOVIS RODRIGUES BARBOSA			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOPje	11/9/2023 a 30/9/2023	20
Férias	SAOPje	19/2/2024 a 9/3/2024	20

Não foram registrados casos de inassiduidade na Corregedoria, tampouco foram recebidas manifestações na Ouvidoria, tanto em relação à juíza titular



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

quanto ao Juiz substituto fixo e aos magistrados que estiveram atuando na Vara durante o período correcional.

12.1 Audiências realizadas (1º/5/2023 a 31/5/2024) - Fonte: Hórus

	Una	Enc. Inst/ Inquirição testemunha	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Luiz Antonio Magalhaes Fev a maio/2024	5	20	115	222	18	67	447
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	3	-	4	-	-	-	7
Clovis Rodrigues Barbosa	68	26	243	580	82	163	1162
Aercio Pereira de Lima Filho	-	9	34	34	11	19	107

12.2 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação Execução	Total
Mariana Petit Horácio de Brito	6	1	-	7
Jose de Oliveira Costa Filho	-	1	-	1
Luiz Antonio Magalhaes fev a maio/2024	129	32	52	213
Francisco Xavier de Andrade Filho	1	-	-	1
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	17	-	-	17
Larissa Leonia B. de Andrade Albuquerque	1	-	1	2
Aercio Pereira de Lima Filho	34	8	1	43
Clovis Rodrigues Barbosa	280	58	123	461

13. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Adriano Mesquita Dantas	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Aercio Pereira de Lima Filho	12	3	32	14	-	4	-	3	68
Alexandre Roque Pinto	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Alisson Almeida de Lucena	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Clovis Rodrigues Barbosa	175	77	282	80	3	51	41	21	730
Luiz Antonio Magalhaes fev a maio/24	58	14	101	18	-	22	4	7	224
Mariana Petit Horácio de Brito	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Paulo Nunes de Oliveira	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	1	5	19	4	-	-	1	-	30

No período correccionado, o Juiz substituto, íza titular, Clovis Rodrigues Barbosa laborou 295 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,47 processos/dia. O Juiz substituto, Luiz Antonio Magalhães, no período compreendido de 10 de fevereiro a 31 de maio do corrente ano, laborou 101 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,22 processos/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

13.2 Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	754
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	449
Homologação da Transação Extrajudicial	94
Embargos de Terceiro Cível	25
Consignação em Pagamento	17
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	12
Ação Civil Coletiva	8
Produção Antecipada da Prova	5
Ação de Cumprimento	4
Petição	2
Ação Civil Pública Cível	2
Tutela Cautelar Antecedente	1
Inquérito para Apuração de Falta Grave	1
Interdito Proibitório	1
Alvará Judicial - Lei 6858/80	1

14. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Paulo Nunes de Oliveira	-	0%
Mariana Petit Horácio de Brito	-	0%
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	15	62,5%
Clovis Rodrigues Barbosa	338	94,15%
Aercio Pereira de Lima Filho	2	5,71%
Luiz Antonio Magalhaes fev a maio/24	113	98,26%

15. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Total
Adriano Mesquita Dantas	2
Aercio Pereira de Lima Filho	68
Alexandre Roque Pinto	1
Alisson Almeida de Lucena	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Total
Clovis Rodrigues Barbosa	730
Luiz Antonio Magalhaes	224
Mariana Petit Horácio de Brito	1
Paulo Nunes de Oliveira	1
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	29

15.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 12 dias

Magistrado	Dias
Luiz Antonio Magalhaes - fev a maio/2024	14
Clovis Rodrigues Barbosa	9
Aercio Pereira de Lima Filho	10
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	50
Mariana Petit Horácio de Brito	1
Alexandre Roque Pinto	3
Paulo Nunes de Oliveira	70

16. DO OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2023 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2023, em novembro, tendo o Juiz substituto da Unidade correicionada enviado resposta em 18 de dezembro de 2023. A Unidade destacou seus esforços para alcançar as metas estabelecidas, observando que o ano de 2023 foi incomum devido à mudança na titularidade. Para agilizar os procedimentos, a vara está ampliando a inclusão de processos nas pautas regulares com o objetivo de facilitar conciliações. A equipe tem realizado inspeções para corrigir possíveis inconsistências e registros de baixa nas fases de conhecimento e execução, além da otimização de rotinas com a utilização das ferramentas eletrônicas, já podendo ser observado com a redução dos prazos. O pagamento dos acordos é devidamente registrado, enquanto os demais pagamentos são registrados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

após a conferência dos alvarás. Foi informado também que a Unidade segue como prática padrão a sentença líquida, sendo que em casos excepcionais as sentenças são proferidas para posterior liquidação. Foi destacado que a Vara enfrentou uma redução em seu quadro de servidores, o que tem dificultado o andamento adequado e demandado um esforço adicional daqueles que permanecem, especialmente devido à necessidade de reestruturação do trabalho, gerando uma sobrecarga de trabalho para assegurar a qualidade na prestação jurisdicional.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

17. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre maio de 2023 e maio de 2024 - 13 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 1.507.857,77
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 6.741,27
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 115.451,39
Valor convertido em renda - União Federal	R\$ 0,31
Valor transferido para outro processo trabalhista da mesma Vara do Trabalho	R\$ 1.548,19
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 327.680,57
Valor transferido para processo da Justiça Comum	R\$ 157.362,91
Total	R\$ 2.116.642,41



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

18. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR nº 110/2023 destaca a importância de registrar, na ata de correição, a participação em cursos por parte de magistrados e servidores. Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024), no exercício anterior, registra-se a participação do Juiz substituto fixo, Clóvis Rodrigues Barbosa e do Juiz substituto, Luiz Antônio Magalhães Magalhães, cursos de formação continuada, com duração mínima de 30 horas-aula por semestre, conforme estipulado no artigo 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011.

Magistrados	Descrição - 1º e 2º semestres
NAYARA QUEIROZ MOTA DE SOUSA	VISIBILIDADE TRANS - PROAD 439/2023 - 29/janeiro - 1 h/a - (EJUD+TRT13) Programa de Formação de Lideranças Femininas na Semana da Mulher - PROAD 1064/2023 - 6/mar. - 4 h/a Comportamento e consequência: mesma face de uma atitude - PROAD 6247 - 30/06 -3h/a Palestra "Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo: conhecer para enfrentar" - PROAD 6612/2023 - 26/07 - 3h/a e 30 minutos Palestra Recurso de Revista na Perspectiva Contemporânea- 07/08/2023 - 3h/a minutos Curso "Recuperação Judicial e falência: Teoria e Prática" - 13 e 14/11/2023 - 8h/a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>Curso Inteligência Artificial e Direito do Trabalho – 04/12/2023 – 3h30 – Proad 11697</p> <p>CFC sobre Direito Constitucional do Trabalho – 23/10 a 06/12 – 30h/a – EAD</p>
CLÓVIS RODRIGUES BARBOSA	<p>O impacto das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho nas relações laborativas - PROAD 1019/2023 - 15/fev - 3 h/a - EJUD13</p> <p>CFC sobre Direito Coletivo do Trabalho - 30/01 a 15/03</p> <p>3ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da Anamatra, SOB O TEMA "A INTERNET DAS COISAS , DIREITOS DOS HUMANOS" - P1624.23</p> <p>Assédio Moral e Assédio Sexual - PROAD 1504/2023 - 14/ABRIL - 2 h/a - ZOOM</p> <p>CFC sobre Impactos do Assédio na Saúde Mental</p> <p>Plataforma Digital - 02/06/2023 - 2h/a</p> <p>CFC sobre Sistemas para Pesquisa de Bens e Pessoas - 10/07 a 23/ago/23</p> <p>Curso de Formação Continuada sobre O Instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Trabalhista</p> <p>Curso de Formação Continuada sobre Instrução Probatória no Processo do Trabalho na Interface entre o Analógico e o Digital – 28/08 a 11/10</p> <p>Curso "Recuperação Judicial e falência: Teoria e Prática" – 13 e 14/11/2023 – 8h/a</p> <p>Capacitação e orientação dos gestores e servidores autorizados a trabalhar no TELETRABALHO – 01/12 – 8h às 12h – 4h/a</p> <p>Curso Inteligência Artificial e Direito do Trabalho – 04/12/2023 – 3h30 – Proad 11697</p>
LUIZ ANTONIO MAGALHAES	<p>CFC sobre Direito Previdenciário aplicado às Relações de Trabalho - PROAD 5266/2023- 10/05 - 30h/a</p> <p>Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a</p> <p>Curso de Formação continuada sobre Instrução Probatória no Processo do Trabalho na Interface entre o Análogo e o Digital - 28/08 a 11/10</p> <p>Congresso Internacional - Os Impactos das Novas Tecnologias no Mundo do Trabalho - Ejud 7 - 22 a 24/11</p> <p>CFC sobre Direito Constitucional do Trabalho - 23/10 a 06/12 - 30h/a - EAD</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024) e SEGEPE (PROAD 2292/2024), os servidores lotados na Unidade correicionada abaixo relacionados estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição - 2023
ALDA WILLA QUEIROZ DE O. FERNANDES	<p>CAPACITAÇÃO EM CONVÊNIO JUDICIÁRIOS NA PESQUISA PATRIMONIAL /TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - TÉCNICAS AVANÇADAS DE EXECUÇÃO TRABALHISTA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE: TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - RECICLAGEM DOS CONCILIADORES: CONCILIAR E MEDIAR NA JUSTIÇA DO TRABALHO - TURMA 2/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: FELICIDADE, ENGAJAMENTO, SATISFAÇÃO E BEM-ESTAR / ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA /CURSO IN COMPANY</p> <p>TRT - PROFISSÕES REGULAMENTADAS - REVISÃO E ATUALIZAÇÃO - MÓDULO 3 (ATUALIZADO 2022) - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>PROJETO CAFÉ COM INTELIGÊNCIA - 4º ENCONTRO - BOAS PRÁTICAS NO FLUXO DA EXECUÇÃO / TRT DA 21ª REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO (TURMA FEV/2023) /ENAP</p> <p>E-LIDERANÇA: COMO GERENCIAR E LIDERAR EQUIPES EM AMBIENTES REMOTOS (TURMA MAR/2023) / ENAP</p>
CYNTHIA FABEL LEAL	<p>TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>WEBINÁRIO PREVJUD EXPLICADO: AGILIDADE E EFETIVIDADE AOS PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS /CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ</p> <p>TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p>
FARNACES DA SILVA PEREIRA	<p>CONTRATAÇÕES DIRETAS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (TURMA NOV/2023) / ENAP</p> <p>TRT - TRELLO BÁSICO - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EVENTO NA MODALIDADE TELEPRESENCIAL.</p> <p>TRT - QUESTÕES POLÊMICAS NA JURISPRUDÊNCIA RECENTE SOBRE INDENIZAÇÕES POR ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS E O TRABALHADOR NÃO É INVISÍVEL.</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TODO ACIDENTE.... /EJUD 13a REGIÃO</p> <p>TRT - PJE-CALC (BÁSICO): FERRAMENTA PARA ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - INTRODUÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL)</p> <p>TRT - IDENTIDADE NEGRA: CONCEITOS, LUTAS E RESISTÊNCIA TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>INTRODUÇÃO A LIBRAS (TURMA ABR/2023) / ENAP</p> <p>INTELIGÊNCIA EMOCIONAL (TURMA ABR/2023) /ENAP</p> <p>GESTÃO PESSOAL - BASE DA LIDERANÇA (TURMA NOV/2023) / ENAP</p> <p>GESTÃO DO TEMPO E PRODUTIVIDADE (TURMA DEZ/2023) / ENAP</p>
JOSENI RIBEIRO DE ARAUJO	<p>TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>
JOSENILDO CHAVES DE LIMA	<p>TRT - COMEMORAÇÃO AOS 38 ANOS DO TRT13 /SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E PAGAMENTO DE PESSOAL - SEGEPE</p> <p>TRT - NIVELAMENTO DE PROCEDIMENTOS PARA POLÍCIA JUDICIAL / CSI EM PARCERIA COM A ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>
LUCIANA MARIA BARBOSA GUSMAO	<p>TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>
MARIA AURILEIDE ROCHA LOBO	<p>TRT - ASSEDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>
MARIE SUZANNE MALZAC	<p>INTELIGÊNCIA EMOCIONAL (TURMA JUN/2023) / ENAP</p> <p>INTRODUÇÃO A LIBRAS (TURMA MAI/2023) / ENAP</p> <p>TRT - ASSEDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - DISCRIMINACAO RACIAL E GÊNERO - PALESTRA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE- REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO ELABORAÇÃO DE ETPS E TERMOS DE REFERÊNCIA COM BASE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS E JURISPRUDÊNCIA DO TCU / ELO</p> <p>TRT - SIMPÓSIO SOBRE DIREITO ANTIDISCRIMINAÇÃO RIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	TRT - TÉCNICAS AVANÇADAS DE EXECUÇÃO TRABALHISTA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE: TELEPRESENCIAL
RACHEL FEITOSA DA CRUZ	TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL
RONER RIBEIRO DA SILVA	COMUNICAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE RELACIONAMENTO COM CIDADÃO (TURMA JAN/2023) / ENAP GESTÃO DO CONHECIMENTO - TEORIA E PRÁTICAS (TURMA JAN/2023) / ENAP NIVELAMENTO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO / CNJ EM PARCERIA COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ SAÚDE MENTAL E TRABALHO NO PODER JUDICIÁRIO - 2023 - CICLO 1 / CEAJUD - CNJ TELETRABALHO - 3ª EDIÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO PARANÁ (EJUD) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ EM PARCERIA COM O (DGRH) TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 56 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 14 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 (dez) dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

20. RECOMENDAÇÕES

20.1 Recomendações gerais

a) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, em conformidade com o Ato TRT SCR nº 110/2023;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- b) analisar a real necessidade de inclusão de processos em pauta para encerramento da instrução, com o fito de diminuir o impacto no indicador referente ao prazo médio na fase de conhecimento;
- c) analisar a possibilidade de aderir à boa prática de dar preferência à inclusão em pautas de conciliação do que conclusão para sentença/decisão, nos processos em que há pedido para a homologação de transação firmada entre as partes ou quando for requerido o parcelamento da execução, a fim de possibilitar a remessa do processo para o “Controle de Acordo”, gerando automaticamente a movimentação de sobrestamento, evitando, ainda, a necessidade de atualização pela contadoria a cada pagamento de parcela, ou a interposição de recursos como no caso dos autos de nº 0000160-82.2024.5.13.0006;
- d) revisar com regularidade a tarefa “Aguardando audiência”, a fim de evitar a paralisação de processos que já deveriam ter sido arquivados (0000615-47.2024.5.13.0006 e 0000616-32.2024.5.13.0006);
- e) proceder à revisão dos processos da tarefa “Escolher tipo de arquivamento” com regularidade, evitando o ocorrido no processo 0000700-67.2023.5.13.0006, que se encontra paralisado nessa tarefa desde 13/5/2024;
- f) nos casos de homologação de acordo na fase de conhecimento, a Unidade deve iniciar a liquidação e enviar o processo para a tarefa “Controle de acordo”, com o cadastro das parcelas acordadas em juízo, quando, automaticamente, será inserida a movimentação processual “Suspenso o processo por homologação de acordo ou transação”, evitando-se o sobrestamento dos autos, como ocorrido no processo 0000140-91.2024.5.13.0006;
- g) otimizar os serviços cartoriais com a utilização dos atos ordinatórios elencados no art. 12 da Consolidação dos Provimentos deste Regional;
- h) revisar com regularidade a tarefa “Cumprimento de Providências”, a fim de evitar a paralisação indevida de grande número de processos nessa tarefa (o mais antigo desde janeiro/2024), além dos processos que deveriam



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

permanecer na tarefa “Aguardando prazo” (0000052-53.2024.5.13.0006) ou ter sido encaminhados à próxima fase processual (0001270-53.2023.5.13.0006 e 0001146-70.2023.5.13.0006);

i) quando da interposição dos recursos pelas partes, orientar a equipe a proceder ao controle de admissibilidade dos recursos, em observância ao disposto no artigo 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, evitando o ocorrido no processo 0000464-18.2023.5.13.0006;

j) orientar a equipe a observar o disposto no caput do artigo 179 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, utilizando-se dos GIGs para monitoramento tanto na ação principal como na provisória, a fim de evitar o ocorrido nos processos 0001068-76.2023.5.13.0006 e 0000038-40.2022.5.13.0006, atentando à Secretaria, inclusive, para a conversão da execução provisória em definitiva com observância para o registro do lançamento específico no PJe, o que não foi verificado no processo 0001068-76.2023.5.13.0006;

l) evitar a prática de constrição de bens do executado, inclusive bloqueio e penhora *on line*, sem a devida conclusão para decisão específica no PJe - BACEN / BNDT / SIGILO FISCAL / INDISPONIBILIDADE DE BENS, como ocorrido no processo 0000294-46.2023.5.13.0006;

m) orientar a equipe a observar o transcurso do prazo previsto no art. 883-A da CLT, atentando, ainda, para o artigo 5º do Ato CGJT nº 001/2022, vez que a inclusão, a alteração e a exclusão de dados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser precedidas de determinação judicial expressa, evitando o ocorrido no processo 0000264-11.2023.5.13.0006;

n) nos termos do art. 133, III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, acompanhar, regularmente, o relatório constante no SISBAJUD relativo aos bloqueios efetivados com desdobramentos pendentes, evitando atraso das providências em casos de bloqueios de quantias;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- o) orientar a equipe quanto aos procedimentos de inclusão e exclusão de chips, cadastramento de atividades no gigs e, também, atualização das informações nos autos, a fim de otimizar a rotina da secretaria e agilizar os procedimentos processuais, a fim de evitar a paralisação indevida em determinadas tarefas, especialmente em “Análises”, “Cumprimento de Providências” e “Escolher tipo de arquivamento”;
- p) velar, sob pena de responsabilidade, pelos registros dos valores pagos ou recolhidos pelas partes, principalmente no que diz respeito às custas processuais e depósitos recursais quando da remessa ao 2º grau, devendo, ainda, atentar para os pagamentos/recolhimentos efetuados nas instâncias superiores, nos termos do art. 47 do Provimento Consolidado deste Regional, evitando, ainda, o arquivamento definitivo dos autos sem o devido registro de pagamento dos honorários periciais, a exemplo do processo 0000001-42.2024.5.13.0006;
- q) uniformizar os procedimentos da Unidade Judiciária nos processos em execução contra a fazenda pública, a fim de que passem a consignar o prazo para pagamento quando da expedição dos ofícios RP/RPV via PEC (ex: 0000969-43.2022.5.13.0006) para alimentação, no sistema GPREC, dessa informação e conseqüente registro do respectivo pagamento;
- r) abster-se de remeter processos ao arquivo definitivo sem proceder ao lançamento do movimento específico no PJe 'Quitado o precatório (ID: #{número de ID}) no valor de #{valor da quitação}(50043) ou 'Quitada a RPV (ID: #{número de ID}) no valor de #{valor da quitação}(50044)', evitando o ocorrido no processo 0000188-84.2023.5.13.0006, arquivado no presente ano sem lançamento do movimento acima indicado e sem registro do pagamento no sistema GPREC;
- s) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- t) orientar a equipe a manter o saneamento dos processos arquivados com saldos em contas judiciais, atentando especialmente para o devido registro no Sistema Garimpo de todas as contas movimentadas;
- u) incentivar a equipe a boa prática de fazer uso do PJe Gestão, startup deste Regional que possibilita a reunião de diversos relatórios na tela inicial do sistema PJe.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa continua empenhada em aprimorar a prestação jurisdicional, visando alcançar os índices estabelecidos unidades judiciárias de porte semelhante.

Registra o cumprimento da Meta 1 do CNJ no exercício anterior (100,29%), desempenho que, no ano em curso, já vem atingindo o índice de 83,99%, exortando os magistrados atuantes neste juízo a adotarem medidas que permitam assegurar, no final deste exercício, o alcance desse objetivo de fundamental importância estratégica para o Tribunal.

Constata, com satisfação, o cumprimento das Meta 2 do CNJ no ano de 2023 (107,53%), consignando, por oportuno, que a mesma atuação vem ocorrendo neste ano (janeiro a maio), com o percentual (106,92%), momento em que parabeniza a equipe pelo comprometimento e operosidade na busca de uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

Da mesma forma, observa-se o excelente índice de conciliação alcançado (46,76%) no ano base 2024, refletindo o cumprimento parcial da Meta 3 estabelecida pelo CNJ, com um percentual expressivo de 125,11%, recomendando, portanto, a manutenção desse desempenho até o término deste exercício, visando continuar contribuindo para a efetividade da justiça e satisfação dos jurisdicionados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Corregedoria parabeniza a Unidade correicionada pela expressiva redução em relação ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDPe) - de 2.558 dias em 2023 para 1.568 dias no atual exercício (janeiro a maio), recomendando à equipe que seja dada continuidade ao trabalho até o final deste exercício.

Por fim, pontua-se que é de grande relevância a participação dos Magistrados e servidores em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, promovendo uma abordagem mais ágil e eficaz na resolução de conflitos, em conformidade com o Ato TRT13 SCR nº 110/2023.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Ozanete Gondim Guedes Pereira, secretária da Corregedoria, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações, consoante art. 7º do Ato TRT SCR nº 110/2023. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

HERMINEGILDA LEITE MACHADO
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS EM CORREIÇÃO

0000117-48.2024.5.13.0006	0000907-66.2023.5.13.0006
0001221-12.2023.5.13.000	0000860-92.2023.5.13.0006
0001309-50.2023.5.13.0006	0000850-48.2023.5.13.0006
0000350-79.2023.5.13.0006	0000011-23.2023.5.13.0006
0000308-93.2024.5.13.0006	0000139-43.2023.5.13.0006
0000020-48.2024.5.13.0006	0000448-30.2024.5.13.0006
0001252-32.2023.5.13.0006	0000088-95.2024.5.13.0006
0001100-81.2023.5.13.0006	0000052-53.2024.5.13.0006
0000215-67.2023.5.13.0006	0000283-80.2024.5.13.0006
0000171-14.2024.5.13.0006	0000620-69.2024.5.13.0006
0000064-67.2024.5.13.0006	0001171-83.2023.5.13.0006

VISTOS EM CORREIÇÃO COM RECOMENDAÇÃO EM ATA

0000285-84.2023.5.13.0006	0000001-42.2024.5.13.0006	0000160-82.2024.5.13.0006
0000506-33.2024.5.13.0006	0001142-33.2023.5.13.0006	0000700-67.2023.5.13.0006
0000713-66.2023.5.13.0006	0001259-24.2023.5.13.0006	0000969-43.2022.5.13.0006
0000616-32.2024.5.13.0006	0000464-18.2023.5.13.0006	0001146-70.2023.5.13.0006
0000933-64.2023.5.13.0006	0000140-91.2024.5.13.0006	0000514-10.2024.5.13.0006
0000364-63.2023.5.13.0006	0000253-45.2024.5.13.0006	0000615-47.2024.5.13.0006
0000388-91.2023.5.13.0006	0000401-56.2024.5.13.0006	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000004-94.2024.5.13.0006	0000973-46.2023.5.13.0006
0000329-06.2023.5.13.0006	0000459-93.2023.5.13.0006
0001185-67.2023.5.13.0006	0000191-05.2024.5.13.0006
0000464-52.2022.5.13.0006	0000088-32.2023.5.13.0006
0000071-59.2024.5.13.0006	0000729-20.2023.5.13.0006
0001068-76.2023.5.13.0006	0000502-98.2021.5.13.0006
0000294-46.2023.5.13.0006	0000264-11.2023.5.13.0006